

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	7
EDITORIAL RT 1041	9
DOCTRINA	
.....	
ARBITRAGEM	
Confiança na arbitragem: o seu papel no contrato <i>intuitu personae</i> de árbitro <i>Trust in arbitration: its role in intuitu personae arbitrator's contract</i> GIOVANNI ETTORE NANNI.....	19
DIREITO ADMINISTRATIVO	
Conceitos abertos na atividade administrativa: entre as alternativas possíveis, o erro e a deferência na atividade controladora <i>Open concepts in the administrative activity: among possible alternatives, error and deference in the controlling activity</i> CARLOS HENRIQUE BENEDITO NITÃO LOUREIRO, VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA e IVAN LIRA DE CARVALHO.....	57
DIREITO AMBIENTAL	
Licenciamento ambiental em debate <i>Licencias ambientales en debate</i> FERNANDO REI e MARIA ISABEL LEITE SILVA DE LIMA.....	77
Cidades e a política nacional do meio ambiente: desafios e perspectivas urbano- -ambientais <i>Cities and the national environment policy: urban environmental challenges and perspectives</i> GISELLE MARIA CUSTÓDIO CARDOSO	93
A litigância climática como alternativa de avanço efetivo em direção a um novo paradigma climático <i>Climate litigation as an alternative for effective advance towards a new climate paradigm</i> MARCIA ANDREA BÜHRING e ANA KARINA BRATTI PORTO.....	111
DIREITO CIVIL	
A tutela dos direitos autorais através dos remédios restitutórios <i>Copyrights protection through gain-based remedies</i> VITOR OTTOBONI PAVAN.....	131
DIREITO CONSTITUCIONAL	
Ministério Público Brasileiro: Desafios e Perspectivas <i>Brazilian Ministério Público: Challenges And Trends</i> HUGO NIGRO MAZZILLI	155

A tutela do direito de imagem: a lei de abuso de autoridade e o caso cancellier <i>The guardianship of image right: the law of abuse of authority and the cancellier case</i> JOÃO HÉLIO FERREIRA PES e MARIANA BORTOLOTTI PEREIRA	167
A projeção do controle concentrado de constitucionalidade como via de diálogo institucional no ordenamento jurídico brasileiro <i>The projection of the constitutionality's control sistem as a route of institutional dialogue in Brazil</i> MÁRCIA HAYDÉE PORTO DE CARVALHO e PEDRO NILSON MOREIRA VIANA	183
DIREITO DIGITAL	
Inteligência artificial e União Europeia: uma breve análise quanto à proposta de regulação apresentada pelo Conselho Europeu <i>Artificial intelligence and the European Union: a brief analysis of the regulation proposal presented by the European Council</i> BRICIO LUIS DA ANUNCIÇÃO MELO e DIOGO DE CALASANS MELO ANDRADE	203
Implementação do <i>sandbox</i> regulatório no Brasil: desafios de conciliar o fundamento do ser humano e do justo na era digital <i>Implementation of the regulatory sandbox in Brazil: challenges of reconciling the foundations of the human being and the just in the digital era</i> DANIELA MENENGOTI GONÇALVES RIBEIRO e CAROLINE MESQUITA.....	221
DIREITO DO TRABALHO	
As novas formas de controle do empregado e a Lei Geral de Proteção de Dados <i>New forms of employee control and the General Data Protection Law</i> SUELEN HENTGES e RODRIGO COIMBRA.....	241
DIREITO PENAL	
Pena pecuniária: avanço civilizatório do sistema penal? <i>Alternative punishment: criminal justice system civilizing improvement</i> JOSÉ CARLOS ABISSAMRA FILHO e GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA	261
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
Sobre a (im)possibilidade de fixação dos honorários advocatícios por equidade nas causas de alto valor: o alcance do art. 85, § 8º, do CPC <i>On the (im)possibility of setting attorney's fees with equity in causes with high value: the scope of the art. 85, § 8º, of the CPC</i> PAULO RICARDO STIPSKY, GUSTAVO DE MELO VICELLI e THOMÉ SABBAG NETO.....	281
DIREITO TRIBUTÁRIO	
Direito fundamental à imunidade tributária e os ODS: reflexos do julgamento do Recurso Extraordinário 608.872/MG para a construção de uma instituição jurídica socialmente responsável <i>Fundamental right to tax immunity and SGDS: Reflexes of the judgment of Extraordinary Appeal 608,872/MG for the construction of a socially responsible legal institution</i> ABNER DA SILVA JAQUES e VLADIMIR OLIVEIRA DA SILVA	301
Base de cálculo do ISS na construção civil e a jurisprudência do STF e do STJ <i>Tax base of ISS in civil construction and the jurisprudence of the STF and STJ</i> ANSELMO ZILET ABREU	321

FILOSOFIA DO DIREITO

- Uma análise retórica realista do sistema jurídico brasileiro
A realistic rhetorical analysis of the brazilian legal system
 BERNARDO MONTALVÃO VARJÃO DE AZEVEDO e JOÃO MAURÍCIO ADEODATO 341

JURISDIÇÃO

- Acesso à justiça e assistência jurídica no Brasil e na Inglaterra
Access to justice and legal aid in Brazil and England
 CAROLINE DAL POZ EZEQUIEL 363
- Os impactos na imparcialidade do juiz no âmbito das audiências *on-line*
The impacts on the judges's impartiality in the context of on-line audiences
 DANIELA BANDEIRA DE FREITAS 383
- A prudência e os desafios para o recrutamento e a formação de juízes
Prudence and challenges for recruitment and training of judges
 ANTÔNIO JORGE PEREIRA JÚNIOR, ARTHUR LEITE LOMÔNACO e RAYNES VIANA DE VASCONCELOS.... 399

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- É aplicável a imunidade tributária para as entidades religiosas que prestam assistência social sem fins lucrativos
 FREDERICO BATISTA DOS SANTOS MEDEIROS 419
- Modulação de efeitos de acórdão que possibilita a percepção do benefício da aposentadoria especial na hipótese do segurado permanecer no exercício das atividades laborais nocivas à saúde, durante a pandemia da Covid-19
 RODRIGO SANTOS NEVES 426

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- A doação de bem imóvel aos filhos do casal não configura fraude contra credores quando a família continua residindo no bem
 FELIPE BARRETO MARÇAL 435
- É considerada ilegal a revista pessoal baseada em mera "atitude suspeita", quando não estiver embasada em indícios e/ou elementos objetivos que justifiquem a abordagem
 GUSTAVO DE SOUZA PREUSSLER 443

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- São inválidas leis estaduais que permitem a convocação temporária de professores sem concurso 461
- Mediação entre empresas pelo uso da marca termina sem acordo, em razão da demora na concessão de registro de marca pelo INPI 464

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Flagrante obtido por policiais que entraram forçadamente em residência alegando ter visto arma e drogas em seu interior é nulo..... 469
- É incompatível a recuperação judicial com as sociedades de propósito específico que atuam no ramo imobiliário, tendo em vista se submeterem ao regime de inco-municabilidade..... 478

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Banco é condenado ao pagamento de indenização por dano moral coletivo por coagir seus empregados a desistirem de ações trabalhistas 507

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- Comprovação de promessa de emprego em troca de voto nas eleições durante reunião na residência do candidato caracteriza o crime de corrupção eleitoral..... 513

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL

- Fraude bancária, com descontos em conta mediante atuação de terceiros, acarreta o pagamento de indenização por danos materiais e morais pela instituição finan-ceira por falha na prestação de serviços..... 517

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

- Atraso na entrega de imóvel por lapso considerável de tempo ultrapassa o mero dissabor e acarreta a condenação ao pagamento de danos morais..... 521

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

- Descredenciamento do motorista de aplicativo não acarreta indenização por danos morais e lucros cessantes quando a pessoa não se enquadra no perfil escolhido pela plataforma..... 527

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- Cabível indenização por danos morais a transexual impedida de utilizar banheiro feminino em evento..... 531

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

- Cabível a reforma de sentença que anulou ato administrativo de expulsão do po-licial militar da Corporação, tendo em vista que foi fundamentado e pautado da discricionariedade da Administração Militar 537

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- Índice de Temas..... 543
- Índice de Autores 547

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA..... 551**CONTEÚDO EXTRA**

Marco legal das securitizadoras: destaques da reforma na legislação e na regulação da CVM para o mercado de securitização de recebíveis

JÉSSICA GUERRA DE ALENCAR ARARIPE

